

Equipe editorial: Ailton Lugarinho (Supervisão editorial); Rejane de Menezes (Acompanhamento editorial); Mauro Caixeta de Deus (Preparação de originais); Mauro Caixeta de Deus e Sonja Cavalcanti (Revisão); Eugênio Felix Braga (Editoração eletrônica); Maurício Borges (Capa).
Copyright © 1996 by Donzelli Editora, Roma.
Copyright © 2001 by Editora Universidade de Brasília, pela tradução.

Título original: *Tra due Repubbliche – Alle origini della democrazia italiana.*

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília Imprensa Oficial do Estado
SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Rua da Mooca, 1921
Ed. OK 2º andar 03103-902 – São Paulo, SP
70300-500 – Brasília, DF Tel: (0xx11) 6099-9446
Tel: (0xx61) 226-6874 Fax: (0xx11) 6692-3503
Fax: (0xx61) 225-5611 imprensaoficial@imprensaoficial.com.br
editora@unb.br SAC 0800-123401

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Bobbio, Norberto

B663 Entre duas Repúblicas: às origens da democracia italiana / Norberto Bobbio; tradução de Mabel Malheiros Bellati. – Brasília : Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2001. 154 p.

Tradução de: *Tra due repubbliche – Alle origini della democrazia italiana*
ISBN: 85-230-0616-8

1. Democracia-Itália. 2. República-Itália. 3. Regimes políticos. I. Bellati, Mabel Malheiros. II. Título.

CDU 321.7(45)
321.728(45)

Sumário

NOTA DO EDITOR, 7

PARTE I

APÓS O FASCISMO (1945-1946)

- I. POLÍTICA E TÉCNICA, 11
- II. AS DUAS FACES DO FEDERALISMO, 15
- III. POLÍTICA IDEOLÓGICA, 19
- IV. FEDERALISMO VELHO E NOVO, 23
- V. CLAREZA, 27
- VI. PARTIDO DE AÇÃO E REALIDADE DE AGOSTO MONTE, 29
- VII. HOMENS E INSTITUIÇÕES, 31
- VIII. INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 35
- IX. INSTITUIÇÕES E COSTUME DEMOCRÁTICO, 39
- X. POLÍTICA LAICA, 43
- XI. MORTOS QUE NÃO RESSUSCITAM, 47
- XII. UM NOVO PARTIDO?, 51
- XIII. OS PARTIDOS POLÍTICOS NA INGLATERRA, 55
- XIV. A PESSOA E O ESTADO, 77
- XV. SOCIEDADE FECHADA E SOCIEDADE ABERTA, 91

PARTE II

APÓS CINQUENTA ANOS (1996)

- XVI. AUTOGOVERNO E LIBERDADE POLÍTICA, 103
- XVII. CONTRA O APOLITICISMO, 109
- XVIII. DEMOCRACIA INTEGRAL, 113
- XIX. A INGLATERRA, OU ALGUNS PARTIDOS, 119

a República deverá ser unitária, centralizada e cesárea como aquela de Mazzini, ou unitária, mas articulada internamente com largas autonomias regionais, como aquela de Cattaneo.

V

Clareza

Tivemos a ocasião de dizer outras vezes que a democracia necessita de clareza. Ora, o resultado das eleições para o Conselho da Ordem dos Advogados, após a votação de desempate de domingo, foi claríssimo: os “independentes” levaram nítida vantagem sobre os assim chamados “políticos”. Aquilo que, ao contrário, não ficou absolutamente claro e requer pelo menos um comentário é o modo com que foi colocado o debate entre as listas concorrentes. Falou-se, de um lado, de lista de partidos e, de outro, de lista de apolíticos. Perguntamos: quem são os apolíticos? A apoliticidade indica pelo menos duas situações bem diferentes: aqueles que não se ocupam de política, e aqueles que não têm idéias políticas. Mas os primeiros são, hoje, sem consciência; os segundos são, sempre, sem cérebro. A quem passaria pela cabeça atribuir aos novos concorrentes do Conselho da Ordem um desses atributos? E então? A verdade é que esses independentes, que se ocupam tão bem de política — e o demonstraram com o zelo que combateram e venceram a sua batalha —, esses apolíticos que, bem ou mal, têm as suas idéias políticas (é possível ser advogado de “comprovada integridade e desinteresse” sem saber se se quer a república ou a monarquia, o liberalismo ou o socialismo, etc.?), esses independentes e apolíticos, digo, não são nem independentes nem apolíticos. São os políticos, eis tudo, de uma política que não é aquela dos Comitês de Libertação ou da Frente de Resistência. Libérrimos: mas é preciso dizer isto com a máxima clareza. Talvez, porém, a nos dar alguma luz seja a valorosa e ardente profissão de fé com que o Grupo dos Independentes — exemplo, entre outras coisas, de belo estilo formal — fez, em uma

carta-circular: a apresentação dos seus candidatos: "Homens — diz-se ali — há mais irmanados na mesma indomada fé no ocaso definitivo dos sistemas autoritários e no triunfo de cada liberdade *ordenada*". Entendemos bem: liberdade ordenada.

Mas há um tempo, salvo engano, os sustentadores desse importantíssimo princípio eram chamados "cidadãos da ordem"; depois, durante vinte anos, eram chamados de outra maneira, e quem sabe se de agora em diante possam também ser chamados — os nomes não são as coisas — apolíticos.

VI

Partido de Ação e realidade de Augusto Monti

Se alguém perguntasse quais são as fontes ideológicas do PDA, a resposta deveria ser dada em uma só palavra: historicismo, com a mesma segurança com a qual se responderia "materialismo dialético" aos comunistas e "espiritualismo cristão" aos democratas cristãos. Isso foi visto com muita clareza e destacado em moderados, mas bem marcados trechos de história política e ideológica italiana, da Unificação até hoje, por Augusto Monti, ao discorrer em seu último livro sobre a "realidade do Partido de Ação". Sendo o historicismo, porém, uma orientação de pensamento e não uma fórmula política, e sendo, portanto, traduzido nos termos da luta política contemporânea para que possa assumir autoridade e tom de fundamento ideológico de um partido, aconteceu que, na passagem das premissas teóricas às conseqüências práticas, a fonte ideológica se tenha em parte secado, o princípio tenha permanecido princípio, e as conseqüências devam ainda, aqui e ali, ser extraídas, ou aquelas já extraídas não nos permitam falar com demasiada segurança do PDA como de uma "realidade". Gostaria de dizer que Monti permaneceu ligado, talvez literalmente demais, à notória fórmula crociana,¹ em virtude da qual o liberalismo como princípio ético se destaca do liberalismo como fato econômico e alia-se — ou melhor, poderia aliar-se — a uma sociedade com estrutura econômica antiliberal. Mas a fórmula crociana é cheia de insidias, exatamente porque aquela liberdade fundamentada na economia para atrelar-se ao céu dos valores não é mais a liberdade do liberalismo

¹ Referente ao filósofo italiano Benedetto Croce. (N. do T.)